

Conteúdo programático de prática processual - 9º semestre - Matutino

1. Prática Processual- direito de família

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Setembrina de Jesus, nascida em 01/01/2010, domiciliada na cidade Ômega, é filha de Maria de Jesus e de Caio Mário Lima. A avó paterna, Justina Lima, goza de confortável situação patrimonial e mora na cidade Delta. Todos os demais avós faleceram antes de Setembrina nascer. Maria de Jesus e Caio Mário Lima se divorciaram em 04/07/2013, e ficou ajustado que o pai pagaria pensão alimentícia a Setembrina no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o que fez até o dia da sua morte, em 25/08/2015. Caio Mário Lima não deixou bens a partilhar, de modo que, Setembrina nada recebeu de herança. Sem condições de arcar sozinha com a manutenção e educação da filha, já que recebe apenas um salário mínimo nacional de remuneração por mês – valor absolutamente insuficiente para arcar com as necessidades da menor –, Maria de Jesus procura você, como advogado(a), e pergunta o que pode ser feito em relação ao sustento da criança. Na qualidade de advogado(a) de Maria de Jesus, **elabore a peça processual cabível** para a tutela dos interesses da filha desta, que pretende haver R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a título de alimentos.

2. Prática Processual- direito das sucessões

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Roubouospierre quer se divorciar de sua esposa, Dipirona. Durante o casamento, para o qual adotaram o regime da comunhão de bens, adquiriram dois imóveis, um comercial (valor de R\$ 1.000.000,00) e outro residencial (valor de R\$ 500.000,00) no qual habitam. Na vigência do matrimônio morreram o pai de Roubouospierre, Napoleão; e a mãe de Dipirona, Lisérgica.

Napaleão era proprietário de um apartamento (R\$ 250.000,00), Lisérgica tinha uma caderneta de poupança (na atualidade com saldo de R\$ 350.000,00). Não tiveram filhos. Dipirona reclama ficar com a totalidade do imóvel residencial onde reside o casal e com a importância depositada na caderneta de poupança, aceitando ficar com metade do imóvel comercial e do apartamento do falecido Napaleão. Roubouospierre não concorda, pretendendo ficar com a totalidade do apartamento do pai morto, e do imóvel comercial, deixando os demais bens para Dipirona. Como advogado de Roubouospierre, analisar a situação apresentando a melhor solução para o caso, atento ao quanto dispõem as regras pertinentes ao regime da comunhão total de bens. Então, com base em tal solução, **elaborar a inicial da ação de divórcio** aqui cabível.

3. Prática processual - direito tributário

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

A igreja de São Sebastião, localizada no município de Curral Velho — RS, possui um grande imóvel, dividido em vários prédios. Um desses prédios é destinado aos cultos e os demais estão alugados, sendo o valor dos aluguéis revertido para a manutenção das finalidades essenciais da igreja. Por entender que o aluguel do imóvel a afastava da imunidade constitucional, o administrador da igreja realizou o pagamento do IPTU referente a todos os imóveis alugados. Certo dia, tendo tomado conhecimento de que outro templo não pagava tal imposto, nem mesmo com relação aos imóveis alugados, o administrador, entendendo indevido o pagamento que vinha efetuando, resolveu consultar profissional da advocacia. Em face dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) contratado(a) pela referida igreja, **proponha a medida judicial** que entender cabível para a defesa de seus interesses, abordando os aspectos de direito material e processual pertinentes, com fulcro na doutrina e(ou) jurisprudência.

4. Atividades externas

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Cível**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante**.
- Assistir a 02 (duas) sessão de julgamento no **Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal**, cuja lide envolva Direito Civil e Processo Civil, mediante preenchimento de relatório, contendo, os dados do processo.
- ⇒ **Obs** : O prof. João Batista Vilhena, 3º juiz da 17ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, autorizou que os alunos assistissem as sessões de maneira remota. As sessões ocorrem as quartas telepresencial, a partir das 13:30 horas. A cada semana será encaminhado o link de acesso das sessões pelos representantes de sala.

5. Estágio 40 horas

- Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatórios, ou comprovação de realização de **Estágio externo** por meio de Termo de compromisso de estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

- **Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.**

O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

1) Travertino Rocha foi vencedor em certa ação que lhe resultou em crédito de R\$5.000,00. Agora pretende ele obter o pagamento deste montante frente ao devedor, Otarino Medalha. Como advogado de Travertino promova a medida correta para que ocorra o pagamento almejado.

2) No início de um ano eleitoral, o Congresso Nacional aprovou e promulgou uma emenda constitucional suprimindo a alínea “a” do inciso II do §1º do art. 14 da Constituição e alterando o §2º do mesmo dispositivo, que passaria a ter a seguinte redação: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.” Ocorre que, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votação da proposta (PEC) no Senado Federal, o Presidente da República havia decretado intervenção federal num determinado Estado da federação. Diante da dúvida generalizada a respeito do direito de voto dos analfabetos na eleição que ocorreria naquele ano, o Procurador-Geral da República houve por bem ajuizar ADI contra a referida emenda constitucional. A esse respeito, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso. a) Uma emenda constitucional pode ser objeto de ADI? b) Há inconstitucionalidade formal ou material na emenda em questão?

3) Sebastian Coe foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição Federal elabore o instrumento de controle judicial passível de utilização ao caso concreto.